

**RAÇA E CLASSE NA AMÉRICA LATINA: A CONTRIBUIÇÃO
DO PENSAMENTO DE MARIÁTEGUI PARA A TEORIA
MARXISTA NA AMÉRICA LATINA**

*RACE AND CLASS IN LATIN AMERICA: THE CONTRIBUTION OF
MARIÁTEGUI'S THOUGHTS TO MARXIST THEORY IN LATIN
AMERICA*

*RAZA Y CLASE EN AMÉRICA LATINA: CONTRIBUCIONES DEL
PENSAMIENTO DE MARIÁTEGUI A LA TEORÍA MARXISTA EN
AMÉRICA LATINA*

Yasmin Couto de Jesus¹

RESUMO: O presente artigo busca identificar, a partir de uma revisão de literatura, as contribuições do pensamento de Mariátegui sobre a questão indígena para que seja possível entender de que forma a junção do marxismo com o indigenismo, bem como o reconhecimento das reivindicações dos indígenas à terra, tem potencial para encorpar a produção marxista da América Latina sobre a luta revolucionária contra o capital. Para isso, será discutido neste artigo como Mariátegui aborda a realidade do problema do índio a partir do nacional e do internacional, identificando como a interação entre esses implica na necessidade de pensar o marxismo a partir das especificidades do país em questão. Pretende abordar também de que forma a análise materialista e a crítica socialista descobre e esclarece o problema do índio, identificando, portanto, suas raízes social-político-econômicas, tornando-se, portanto, fundamental para a compreensão profunda deste, indo, portanto, além da interpretação rasa que se apoia sobre a solução do

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: yasmin.couto@unesp.br

problema indígena em uma fórmula humanitária ou filantrópica. E, por fim, discutir a questão da raça na América Latina como eixo fundamental para a análise marxista e para a luta proletária na região.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Indígenas. Marxismo. Proletariado. Raça e classe.

ABSTRACT: This article seeks to identify, from a literature review, the contributions of Mariátegui's thought on the indigenous question in order to understand in what way the joining of Marxism with indigenism, as well as the recognition of indigenous claims to land, has the potential to strengthen the Marxist production in Latin America on the revolutionary struggle against capital. To this end, this article will discuss how Mariátegui approaches the reality of the Indian problem from the national and the international, identifying how the interaction between these implies the need to think Marxism from the specificities of the country in question. It also intends to address how materialist analysis and socialist critique uncovers and clarifies the Indian problem, thus identifying its social-political-economic roots, thus becoming fundamental to a deep understanding of it, thus going beyond the shallow interpretation that rests on the solution of the Indian problem in a humanitarian or philanthropic formula. And finally, to discuss the question of race in Latin America as a fundamental axis for Marxist analysis and for the proletarian struggle in the region.

KEYWORDS: Capitalism. Indigenous. Marxism. Proletariat. Race and Class.

RESUMEN: Este artículo busca identificar, a partir de una revisión bibliográfica, los aportes del pensamiento de Mariátegui sobre la cuestión indígena, de modo que sea posible comprender de qué manera la unión del marxismo con el indigenismo, así como el reconocimiento de las reivindicaciones indígenas sobre la tierra, tiene el potencial de fortalecer la producción marxista en América Latina sobre la lucha revolucionaria contra el capital. Para ello, en este artículo se discutirá cómo Mariátegui aborda la realidad del problema indio desde lo nacional y lo internacional, identificando cómo la interacción entre ambos implica la necesidad de pensar el marxismo desde las especificidades del país en cuestión. También pretende abordar cómo el análisis materialista y la crítica socialista descubren y esclarecen el problema indio, identificando, por tanto, sus raíces socio-políticas-económicas, convirtiéndose, por tanto, en algo fundamental para la comprensión profunda de éste, yendo, por tanto, más allá de la interpretación superficial

que descansa en la solución del problema indio en una fórmula humanitaria o filantrópica. Y por último, discutir la cuestión racial en América Latina como eje fundamental para el análisis marxista y para la lucha proletaria en la región.

PALABRAS CLAVE: Capitalismo. Indígena. Marxismo. Proletariado. Raza y Clase.

INTRODUÇÃO

José Carlos Mariátegui, o *Amauta*², nasceu em Moquegua, Peru, em 1894. Era jornalista e, entre 1919 e 1922, na Europa, estudou marxismo e se aproximou do movimento comunista. Em 1926, de volta no Peru, lançou a revista *Amauta*. Em 1928 fundou o Partido Socialista do Peru. Morreu em 1930, aos 36 anos de idade (LÖWY, 2005).

Referência marxista na América Latina, esse autor realizou em “Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana” – sua obra mais conhecida – um estudo, que, em suas palavras “não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 32). Segundo Löwy,

Apesar dessa morte prematura, ele deixou uma obra - redigida sobretudo nos últimos anos de sua vida - que é não só a primeira tentativa de pensar a América Latina em termos marxistas, mas continua sendo até hoje uma referência incontornável para a teoria e a prática do socialismo neste continente (LÖWY, 2005, p. 8).

Portanto, Mariátegui realiza, a partir do marxismo, um estudo profundo da realidade social latino-americana, mais especificamente sobre o Peru. Sua interpretação prioriza a revolução em detrimento do reformismo pequeno-burguês³, a partir de uma perspectiva indo-americana. O presente artigo busca, portanto, analisar de que forma a produção de Mariátegui entende a realidade do problema do índio, a

² Segundo Silva (2014), Mariátegui ficou conhecido entre seus admiradores e adversários como *Amauta*, uma palavra de origem *quéchua* cujo significado é “sábio”.

³ Mariátegui (1973, p. 20-21) critica a divisão que ocorreu depois da guerra do campo proletário entre reformistas e revolucionários, apontando ainda que o sindicalismo era, no fundo, reformista, e foi dominado pela burocracia.

partir do marxismo, englobando em seu estudo, portanto, fatores nacionais e internacionais, a partir de uma análise materialista para, assim, entender as especificidades da realidade latino-americana: raça e classe. Pretende, também, abordar porque essa análise nos parece assertiva e apresenta-se como referência fundamental para pensar a questão indígena e o marxismo na América Latina, corroborando, portanto, para discussões sobre a superação do capitalismo e perspectivas para o futuro.

1. A REALIDADE DO PROBLEMA DO ÍNDIO A PARTIR DO NACIONAL E DO INTERNACIONAL

Para entendermos onde se localiza geográfica e temporalmente a produção de Mariátegui, é fundamental abordarmos primeiro o contexto nacional e internacional em que Mariátegui escreve.

O contexto internacional, por sua vez, é marcado pelas consequências da Paz de Versalhes, que segundo o autor (1973, p. 106) “é o ponto de partida de todos os problemas econômicos e políticos” [da época]; pelo fracasso da segunda internacional e pela derrota mundial do proletariado⁴ guiada, sobretudo, pelo reformismo pequeno-burguês⁵; pelos impactos da Primeira Guerra Mundial; pelos desdobramentos da Revolução Russa⁶ e pelo reacionismo fascista⁷.

⁴ Segundo Luxemburgo (2018), a autocrítica é fundamental e, portanto, essa autora reconhece que a aprovação dos créditos da guerra significou uma derrota para o proletariado e uma “desgraça para a humanidade”, visto que a Guerra Mundial representa um grande assassinato e o suicídio da classe trabalhadora europeia. Portanto, segundo essa autora, a decisão da social-democracia, que era a “defensora e guardiã” da teoria Marxista, de aprovar os créditos de guerra foi contra tudo que vinha sendo defendido pelo movimento da luta proletária. Ainda nesse sentido, Mariátegui (1973) argumenta também que “A guerra encontrou a Segunda Internacional despreparada. Ainda não havia um programa de ação concreto e prático para garantir a paz” (MARIÁTEGUI, 1973, p. 34).

⁵ De acordo com Luxemburgo (2018), reforma e revolução não se opõem. A reforma representa um meio, é fundamental para a educação e conscientização de classe do proletariado, e a revolução, o fim.

⁶ Segundo Mariátegui (1973, p. 54) “A Revolução Russa foi, e continua sendo, na Europa, objeto de estudo geral”.

⁷ Mariátegui (1974, p.19) aponta o fascismo explorou o ressentimento da classe média, e “o tomou à luta contra a revolução e contra o socialismo”.

No âmbito nacional o Peru está em momento Pós-guerra do Pacífico⁸, cuja derrota peruana, marcava, em suas palavras, “a paralisação das nascentes forças produtivas, a depressão geral e do comércio, a desvalorização da moeda nacional, a ruína do comércio externo” (MARIATEGUI, 1973, p. 42-43). O *Amauta* aponta ainda etapas em que a economia peruana estava se organizando “lentamente”, dentre elas o aparecimento da indústria moderna, a presença do capital financeiro, o desenvolvimento de uma classe capitalista, e a política de empréstimos para a execução de obras públicas. Nesse sentido, identifica também a questão da crescente penetração do capital estrangeiro⁹, bem como a dependência do país, especialmente em relação aos Estados Unidos e a Europa.

Sobre a penetração do capital estrangeiro no Peru é interessante trazer a colocação de Quijano acerca desse fenômeno. Segundo esse autor,

O capital monopolista se estabeleceu na economia peruana formando núcleos de relações de produção capitalistas nos principais setores produtivos da economia, cuja matriz anterior era quase inteiramente pré-capitalista. A pesquisa social latino-americana difundiu o termo "enclave" para esta forma de implantação de capital nestes países. O termo, entretanto, contém mais uma imagem do que um conceito, contém mais uma imagem do que um conceito, é mais uma imagem do que um conceito, pois dificulta em vez de revelar o tipo de relações que são estabelecidas entre esses núcleos de relações de produção capitalistas de produção e o pré-capitalista matriz pré-capitalista de origem (QUIJANO, 2014, p. 339-340, tradução nossa).

Isto posto, é preciso aprofundar acerca dessa matriz anterior quase inteiramente pré-capitalista à qual Quijano se refere. Para isso, é fundamental compreender qual era a realidade do índio no Peru antes da conquista, bem como sua relação com a terra

⁸ “Conflito bélico que envolveu o Peru e a Bolívia contra o Chile” (ROJAS, 2010, p.42).

⁹ Nesse sentido, se aproxima do pensamento de Lenin (2012) acerca do imperialismo, este que argumenta que enquanto o velho capitalismo era caracterizado pela exportação de mercadorias, o capitalismo atual se caracteriza pela exportação de capital. Assim, para Lenin, quando a livre concorrência capitalista é substituída pelos monopólios capitalistas, o capitalismo se transforma em imperialismo capitalista. Abordaremos como Mariátegui entende a questão do imperialismo mais adiante.

para que seja possível identificar quais as consequências que o desmantelamento dessa forma de viver reverberou para a época em que o *Amauta* escrevia. Segundo Mariátegui (2010), no império Inca existia agrupação de comunas agrícolas e sedentárias; a população crescia e vivia com bem-estar material.

Com a conquista, portanto, essa forma de produção foi destruída e deu lugar ao cultivo do solo e exploração de minas de ouro e prata, e foram lançadas, portanto, as bases da economia feudal. Segundo Mariátegui, a chegada dos espanhóis:

Rompe a harmonia política e econômica do império. O regime colonial que se estabeleceu posteriormente desorganizou e aniquilou a economia agrária inca, sendo substituído por uma economia de maior rendimento. Sob uma aristocracia indígena, os indígenas formavam uma nação de 10 milhões de homens, com um Estado eficiente e orgânico, cuja ação alcançava todas as áreas de sua soberania. Sob o regime colonial, os nativos foram reduzidos a uma massa dispersa e anárquica de 1 milhão de homens caídos na servidão e no "feudalismo". A ambição dos conquistadores e especialmente da coroa pelo metal precioso, enviou ao mortífero trabalho das minas, grandes massas acostumadas ao trabalho da agricultura, tão rapidamente que em três séculos foram reduzidas a um décimo (MARIÁTEGUI, 1974, p. 65, tradução nossa).

Assim, além de serem parcialmente aniquilados, o regime colonial desorganizou a economia agrária dos Incas, dificultando, portanto, a sua sobrevivência. Isto posto, Mariátegui argumenta ainda que a economia peruana pode se dividir em duas etapas, sendo a primeira a economia colonial, nascida da conquista é marcada pela exploração do ouro e prata, e a segunda, a economia feudal, cujo início se dá com a independência. Esta última, contudo, segundo Mariátegui, “se transforma pouco a pouco, em economia burguesa. Mas sem deixar de ser, no contexto do mundo, uma economia colonial” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 36).

No entanto, apesar dessas mudanças, Mariátegui aponta a coexistência de elementos de três economias diferentes¹⁰: na serra, a economia feudal – nascida da

¹⁰ Para reforçar nosso entendimento sobre a coexistência de economias diferentes em um mesmo lugar recorreremos ao argumento de Rosa Luxemburgo de que a realização da acumulação do capital depende necessariamente de

conquista, e resíduos da economia comunista indígena; e, na costa, uma economia burguesa. De fato, a economia peruana caminhava em direção à expansão de relações capitalistas, mas isso não significou a completa extinção de outras formas econômicas e de viver, nesse caso a existência de resíduos da economia comunista indígena, o que nos leva de encontro a questão do problema do índio. Assim, surge um questionamento: como superar o avanço do capitalismo, da aniquilação de povos indígenas¹¹, em busca de alternativas? Segundo Mariátegui,

As comunidades repousam na base da propriedade comum das terras em que vivem, cultivam e conservam, por acordos e por laços de consanguinidade que unem as várias famílias que compõem o ayllu. As terras agrícolas e pastagens pertencentes à comunidade constituem o patrimônio da referida comunidade. Nele vivem, se sustentam de seu cultivo, e o cuidado contínuo que seus membros põem para que não sejam tirados deles por vizinhos poderosos ou outras comunidades, servem de incentivo suficiente para que estejam sempre organizados, constituindo um só corpo. Por hoje, as terras comunais pertencem a todo o ayllu, ou seja, ao grupo de famílias que compõem a comunidade (MARIÁTEGUI, 1974, p. 67, tradução nossa).

Ainda sobre o espírito coletivista dos indígenas, Mariátegui acrescenta ainda que:

[...] não é só na existência das comunidades que se revela o espírito coletivista dos indígenas. O costume secular do "Minka" subsiste, nos territórios do Peru, Bolívia, Equador e Chile; o trabalho que um agricultor, mesmo não sendo membro da comunidade, não pode realizar por falta de ajudantes, doença ou outro motivo semelhante, é realizado graças à cooperação e ajuda dos agricultores vizinhos, que por sua vez recebem parte do produto da colheita, quando a sua quantidade o contenha, ou outro auxílio manual num futuro próximo (MARIÁTEGUI, 1974, p. 67, tradução nossa).

organizações econômico sociais não capitalistas, cuja apropriação violenta por parte do capital dos meios de produção das terras coloniais. Restam às sociedades primitivas a luta pela sobrevivência, a resistência à agressão ou o esgotamento ou aniquilação.

¹¹ Segundo Clastres (2004), toda vida é uma possibilidade de exploração para o capital, e em muitos casos a destruição de populações indígenas – seja no sentido literal (o genocídio) ou o seu desmantelamento (o etnocídio) está atrelado a interesses de exploração das regiões que esses povos habitam.

E sobre a relação entre a experiência indígena inca e a sociedade coletivista marxista, Mariátegui aponta que:

Acreditamos que entre as populações "atrasadas", nenhuma como a população indígena inca encontra condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistindo em estruturas concretas e em profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista (MARIÁTEGUI, 1974, p. 68, tradução nossa).

A partir desses apontamentos podemos perceber que gradualmente a economia do Peru, antes marcada por agrupações agrícolas e sedentárias, foi aos poucos dando lugar às relações capitalistas, integrando a economia peruana ao capitalismo mundial. Nesse sentido, o *Amauta* aponta ainda que a experiência incaica e seu espírito coletivista são importantes para agregar na luta da classe proletária em direção ao comunismo marxista. Isto posto, é fundamental compreender que, como aponta Löwy, “Sua dialética revolucionária entre o presente, o passado e o futuro permite-lhe escapar tanto dos dogmas evolucionistas do progresso quanto das ilusões ingênuas e passadistas de um certo indigenismo” (LÖWY, 2005, p. 20). Mariátegui, portanto, pensa e escreve sobre algo novo a partir de experiências concretas e de uma análise materialista. Vejamos a seguir porque essa escolha é fundamental para compreender de fato o problema do índio na América Latina.

2. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE MATERIALISTA PARA O PROBLEMA DO ÍNDIO

Segundo Mariátegui (1979),

O socialismo certamente não é uma doutrina índio-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo é ou pode ser. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual nenhum dos

países que se movem na órbita da civilização ocidental está isento. Esta civilização conduz, com uma força e meios que nenhuma civilização teve, à universalidade. A Indo América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; mas não uma cultura ou destino particular” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 248, tradução nossa).

Assim, o que Mariátegui escreve marca a produção marxista da América Latina devido a sua originalidade e pioneirismo, estes que se justificam na interpretação do marxismo científico, entendendo-o não como um manual universal, mas sim como ponto de partida para uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e, portanto, traduzível para a realidade peruana. Como aponta Coelho, “Mariátegui não somente adaptou a teoria marxista à situação peruana em sua obra, como também subverteu a ideologia dominante, tornando-se um “sujeito epistêmico” engajado na sua própria realidade de estudo” (COELHO, 2020, p. 18). E acrescenta ainda que,

Há quase um século, Mariátegui buscou superar a perspectiva eurocêntrica na qual foi constituída historicamente a Ciências Sociais. Hoje, tornou-se referência para diversos intelectuais que seguem reivindicando a reestruturação do conhecimento sobre a realidade latinoamericana, questionando as narrativas hegemônicas do saber, e reconhecendo “nossas” próprias epistemologias (COELHO, 2020, p. 30).

No mesmo sentido, como afirma Quijano:

A sua biografia, assim, faz parte de um período excepcionalmente significativo da história peruana, que pode ser considerado como uma autêntica ponte histórica entre a sociedade colonial e a actual, pois durante o mesmo ocorre uma combinação complexa entre os principais elementos do património colonial, dificilmente modificados superficialmente desde meados do século XIX, e os novos elementos que com a implantação dominante do capital monopolista, do controlo imperialista, estão a produzir uma reconfiguração das bases económicas, sociais e políticas da estrutura da sociedade peruana (QUIJANO, 2014, p. 333, tradução nossa).

Dessa forma, com uma proposta de interpretação não-eurocêntrica, cujo sujeito revolucionário não é proletariado urbano, mas sim (e, sobretudo no caso do Peru, cuja população era majoritariamente indígena) os indígenas e o campesinato, o *Amauta*, como “sujeito epistêmico” nos apresenta a análise da realidade do Peru a partir do materialismo, identificando, assim, de forma assertiva, o problema do índio. Segundo Mariátegui:

Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou aludem a esse como problema econômico-social, são outros tantos exercícios teóricos – e às vezes apenas verbais – condenados a um descrédito absoluto. Nem de boa-fé de algumas as salvam. Praticamente todas só serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais. A questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade de terra. Qualquer tentativa de resolvê-lo com medidas de administração ou polícia, com métodos de ensino ou obras de estradas, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o feudalismo dos gamonales¹² (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53, grifos nossos).

Mariátegui, portanto, ao perceber as especificidades da realidade peruana e a necessidade de buscar uma solução para o problema do índio (o problema da terra) pensa para além do indigenismo, cuja busca pela solução para o problema do índio reside, em suas palavras, em uma fórmula humanitária ou filantrópica. A compreensão do problema do índio como problema econômico-social é, portanto, fundamental para entendê-lo por completo e resolvê-lo. Ainda nesse aspecto, de acordo com Silva,

O “indigenismo” de Mariátegui se mostrou revolucionário precisamente por superar essa visão reducionista do “índio” presente nos movimentos “indianistas” que o concebiam como mera tabula rasa a ser inscrita pelas projeções dos criollos, mestiços e brancos em seus impulsos criativos, seja

¹² “Gamonales são os latifundiários dos andes peruanos. [...] Gamonalismo, portanto, é o sistema latifundiário” (ROJAS, 2010, p.10).

de orientação política ou artística, bem intencionada ou não. Mariátegui apostava em um socialismo indígena cujos realizadores deveriam ser os próprios indígenas (SILVA, 2014, p. 143).

Ainda segundo Mariátegui, “Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra.” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68). Assim, diante dessa percepção, Mariátegui argumenta a favor da necessidade de uma reforma agrária como ponto fundamental nessa luta. Para isso, o *Amauta* defende uma solução social, cujos realizadores devem ser os próprios indígenas.

É fundamental ressaltar, portanto, que Mariátegui não ignora a necessidade de luta pelos direitos indígenas nos mais diversos aspectos da vida. No entanto, ele enfatiza veementemente o que identifica como o cerne, a urgência maior, o problema fundamental do problema indígena: o problema da terra. E essa reivindicação à terra é, segundo o autor, perfeitamente materialista. E, como aponta Silva (2014), o pensamento de Mariátegui é um clássico pois utiliza o método marxista para pensar as especificidades dos problemas indígenas peruanos.

3. ESPECIFICIDADES DA REALIDADE LATINO AMERICANA: RAÇA E CLASSE.

Isto posto, é interessante refletir também sobre a quem interessa uma análise superficial, no sentido de que identifica características, mas é rasa e, portanto, não se aprofunda nas bases fundamentais do problema e, conseqüentemente, não consegue pensar em soluções realmente efetivas. Seguindo a pista de Mariátegui (2010, p. 57) de que “A suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista”, podemos perceber que, segundo esse autor, devido às ideias imperialistas, a questão da raça é apenas a ponta do iceberg na explicação do problema do índio.

Aprofundando sua análise em busca da identificação das especificidades do problema do índio, Mariátegui enfatiza e justifica a relação íntima dos indígenas com a terra ao reforçar que “a raça indígena é uma raça de agricultores. O povo incaico era um povo de camponeses, dedicados geralmente à agricultura e ao pastoreio. As indústrias, as artes, tinham um caráter doméstico e rural” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 69-70). Pontua ainda que, “Ao comunismo incaico - que não pode ser negado nem diminuído por ter se desenvolvido sob o regime autocrático dos incas - se designa por isso como comunismo agrário” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 71). Este que é caracterizado sobretudo pelo *ayllu*¹³.

Dessa forma, podemos inferir que a questão da terra e todas as especificidades que ela apresenta no Peru está intimamente ligada e de acordo com os interesses imperialistas para a região. Ademais, a partir dessa citação podemos refletir sobre o anti-imperialismo na América Latina. Vejamos o que Mariátegui pontua sobre a luta anti-imperialista:

somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque opomos o socialismo ao capitalismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra o imperialismo estrangeiro cumprimos nossos deveres de solidariedade com o revolucionário massas da Europa (MARIÁTEGUI, 1974, p. 95, tradução nossa).

Ser anti-imperialista é, portanto, fundamental, e está de acordo com os deveres de solidariedade da classe operária no movimento mundial da luta contra o capitalismo e a favor do socialismo. Mariátegui pontua inclusive que a “propagação no Peru de ideias socialistas teve como consequência um forte movimento de reivindicação indígena” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 64), e que é fundamental ser anti-imperialista. Reforça ainda que essa luta só pode ser levada até o fim pelo proletariado, este que apresenta características específicas na América Latina, como será abordado na seção

¹³ É segundo Mariátegui (2010), “a forma incaica da ‘comunidade’, constituída a partir de estruturas de parentesco”. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 71).

seguinte. Assim, segundo o *Amauta* acerca do socialismo indo-americano:

Certamente não queremos que o socialismo seja uma cópia carbono na América. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Aqui está uma missão digna de uma nova geração (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249, tradução nossa).

No caso específico do Peru, diante das relações de dependência desse país com os Estados Unidos e com a Europa, Mariátegui afirma que:

Para o imperialismo ianque ou britânico, o valor econômico dessas terras seria muito menor se, com suas riquezas naturais, não possuíssem uma população indígena atrasada e miserável que, com a ajuda da burguesia nacional, é possível explorar ao máximo. extremo (MARIÁTEGUI, 1974, p. 26, tradução nossa).

Nesse sentido, identifica uma especificidade do imperialismo na América Latina: uma população indígena para ser explorada pelo Capital. Vejamos o que o *Amauta* argumenta acerca da exploração de populações indígenas na América Latina, bem como o que elas reivindicam:

O problema da raça não é comum a todos os países da América Latina, nem apresenta as mesmas proporções e características em todos os que o sofrem. Em alguns países da América Latina tem uma localização regional e não influencia sensivelmente o processo social e econômico. Mas em países como Peru e Bolívia, e em menor medida no Equador, onde a maioria da população é indígena, a reivindicação do índio é a reivindicação popular e social dominante (MARIÁTEGUI, 1974, p. 32, tradução nossa).

Acrescenta ainda que:

Na América Latina, que contém mais de 100 milhões de habitantes, a maioria da população é composta por indígenas e negros. Mas há mais: qual é a categoria social e econômica destes? Os indígenas e negros estão em sua

grande maioria, incluídos na classe dos trabalhadores e camponeses explorados, e formam a quase totalidade dela. Esta última circunstância seria suficiente para trazer à tona toda a importância das raças na América Latina como fator revolucionário. Em geral, para países influenciados por grandes massas de negros, seu status é um importante fator social e econômico. Em seu papel de explorados, eles nunca estão isolados, mas se encontram lado a lado com os explorados de outras cores. Mas há outras particularidades que se impõem diante de nossa consideração. As raças mencionadas estão presentes em todos os Estados e constituem uma imensa camada que, com seu duplo caráter comum, racial e explorado, se estende por toda a América Latina, sem levar em conta as fronteiras artificiais mantidas pelas burguesias nacionais e pelos imperialistas (MARIÁTEGUI, 1974, p. 54, tradução nossa, grifo nosso).

Dessa forma, não há como pensar o marxismo na América Latina considerando apenas a classe, visto que indígenas e negros formam grande maioria da própria classe trabalhadora. Não pensar raça e classe na América Latina é decalcar a teoria marxista, e não a traduzir para a realidade latino-americana. Então, como deve ser pensada a luta de classes na América Latina? Segundo Mariátegui:

[...] o caráter fundamentalmente econômico e social do problema da raça na América Latina e o dever que todos os partidos comunistas têm de evitar os desvios interesseiros que a burguesia pretende imprimir na solução desse problema, orientando-o em um sentido exclusivamente racial, assim como têm o dever de acentuar o caráter socioeconômico das lutas das massas indígenas ou negras exploradas, destruindo o preconceito racial, dando a essas mesmas massas uma clara consciência de classe, orientando-a para suas reivindicações concretas e revolucionárias, afastando-as de soluções utópicas e evidenciando sua identidade com os proletários mestiços e brancos, como elementos de uma mesma classe produtora e explorada (MARIÁTEGUI, 1974, p. 80, tradução nossa).

Portanto, o que Mariátegui propõe é que devemos dar a questão do problema da raça sua devida importância no contexto do movimento revolucionário. A questão

da raça não está à margem da pauta proletária, ela está, na América Latina, junto a ela. Assim, o essencial para a compreensão das reflexões de Mariátegui é que ele pensa classe e raça, entendendo-as como partes de um mesmo problema, da mesma luta, a luta contra o capital, sempre a partir de uma perspectiva Latino-Americana. Dessa forma, a partir da realidade concreta à qual ele se insere, ele interpreta o socialismo científico para pensar em como poder torná-lo possível, realizável diante das condições específicas do Peru, e do proletariado peruano, a partir de suas especificidades concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, é possível perceber que do estudo da obra de Mariátegui, para além de sua originalidade e contribuição para o estudo do marxismo na América Latina, nos leva a refletir sobre a necessidade de que a questão indígena não seja tratada pelo movimento revolucionário, ou até mesmo pela academia como uma agenda não prioritária. É preciso estudar profundamente a realidade social da América Latina através da teoria marxista e, portanto, através do método materialista, para que seja possível compreender as raízes do problema, bem como o ponto de partida para pensarmos em soluções, visto o arcabouço de experiências semelhantes do passado.

Nesse sentido, Mariátegui se destaca na produção marxista da América Latina, pois entende a tradutibilidade da teoria marxista associada à realidade concreta do país, no caso o Peru, bem como experiências em comum dos países da América Latina, dando a devida atenção à questão da raça – identificando-a como ponto fundamental na luta a favor da revolução socialista.

Além disso, como pontua Mariátegui, é fundamental tomar cuidado com a idealização dessas outras formas de viver, e reforçar a necessidade de se pensar em soluções socialistas baseadas em experiências concretas do passado. A perspectiva indo-americana, portanto, ainda tem muito a contribuir para o diálogo Marxista e para a produção marxista da América Latina. Nesse sentido, o pensamento do *Amauta* é essencial para compreender e enfrentar o problema do índio (o problema da terra) por

toda a América Latina.

Ademais, é fundamental perceber as contribuições de Mariátegui para a organização do proletariado latino-americano a partir da premissa básica de que indígenas e camponeses fazem parte dessa luta. O protagonismo do movimento revolucionário na América Latina não é reservado apenas para o proletariado industrial. Interpretar o marxismo científico de acordo com a realidade peruana, entender suas limitações, para pensar algo novo.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COELHO, Maria Emília. **Revolução e indigenismo no marxismo latino-americano de Mariátegui**. *REBELA*, v.10, n.1. jan./abr. 2020, p. 16-31.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. **El antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

Loureiro, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÖWY, Michael. Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Seleção e introdução de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: um estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Amauta, 1973.

MARIÁTEGUI, José C. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

QUIJANO, Aníbal. “José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate: prólogo a 7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana”. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, p. 331-427. 2014 [1978].

ROJAS, Rodrigo Montoya. Prólogo à edição brasileira. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. “**Mariátegui entre dois mundos: Visões do comunitarismo indígena andino**”. Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas, Vol. 8, n.2. 2014.

Recebido em 1 de fevereiro de 2023

Aceito em 23 de abril de 2023

Editado em junho de 2023